

Democracia e corrupção no Brasil: a face tirana do poder político

Kátia Paulino Santos¹ e Arley Felipe Amanajás²

¹ Mestre em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará - UECE (2011), Especialista em Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2006) e Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amapá - UNIFAP (2005). Atualmente é Professora no Centro de Ensino Superior do Amapá - CEAP e Educadora Socioambiental da Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo do Governo do Estado do Amapá.

² Centro de Ensino Superior do Amapá

RESUMO: A análise da corrupção tem, progressivamente, conquistado espaço junto a pesquisadores de diversas áreas, fato este significativamente benéfico à sociedade brasileira, uma vez que a atenção a essa temática é imperativa e urgente, diante do quadro de desigualdade e exclusão social observado no Brasil. O presente artigo tem o objetivo de fazer uma reflexão acerca da democracia e da corrupção observados no cenário brasileiro. Para tanto, nos utilizamos de pesquisa bibliográfica, onde tomamos como fundamentos desde os clássicos da teoria política, até autores modernos que fazem análise do Estado e suas formas de poder. Neste sentido, a discussão deste trabalho se faz em três momentos, inicialmente, analisam-se e confrontam-se algumas conceituações clássicas de Estado e Democracia, empreendendo-se a imersão em diferentes contextualizações históricas, que permeiam desde o absolutismo do séc. XVII até o neoliberalismo da atualidade. O capítulo seguinte volta-se à reflexão da realidade da democracia brasileira e das diferentes manifestações de tirania observadas no cenário nacional, sendo enfatizada a análise das oligarquias no Brasil e seus sustentáculos de dominação e de luta pela permanência no poder. O último capítulo destina-se à reflexão da profissionalização da política e dos paradoxos da reeleição no Brasil, onde são ressaltadas as principais nuances relativas ao imbróglio instalado na sistemática de reeleição nacional, das práticas utilizadas, ética e reponsabilidade social do político brasileiro para com a sociedade. Considerando a pluralidade de aspectos a serem pontuados com relação à política no cenário nacional, este estudo trouxe à tona o debate sobre a democracia e os seus desvios observados no Brasil, configurados na prática por atos políticos ou com foco na ascensão ou permanência política, muito dos quais não infringem a legalidade, mas se desvirtuam da ética e moralidade, maculando o brio da histórica luta pelo alcance da democracia no Brasil.

Palavras-Chave: Democracia. Estado. Tirania. Corrupção.

ABSTRACT: The analysis of corruption has gradually gained space together researchers from diverse areas, and this was significantly beneficial to the Brazilian society, since attention to this issue is imperative and urgent, given the context of social exclusion and inequality observed in Brazil. This article aims to make a reflection on demo-

cracy and corruption observed in the Brazilian scene. For this purpose, we used literature, where we take as fundamental the classics of political theory, that make up modern authors analyze the state and its forms of power. In this sense, the discussion of this work is done in three stages, initially, are analyzed and confronted some classical concepts of State and Democracy, by undertaking to immersion in different historical contextualization that permeates from the absolutism of the century. Seventeenth to neoliberalism today. The next chapter turns to the reflection of the reality of Brazilian democracy and the various manifestations of tyranny observed in the national scene, emphasizing the analysis of the oligarchies in Brazil and its foundation of domination and struggle to stay in power. The last chapter is intended to reflect the professionalism of the paradoxes of politics and the re-election in Brazil, where the main nuances are highlighted on the imbroglio installed in the system of national re-election, the practices, ethics and social responsibly towards the Brazilian political society. Given the plurality of points to be scored in relation to the policy on the national scene, this study has brought forward the debate on democracy and its deviations in Brazil, set in practice by political acts or focused on the rise or stay policy, very which do not infringe the legality, but distort the ethics and morality, tarnishing the dignity of the historic struggle for the achievement of democracy in Brazil

Keywords: Democracy. State. Tyranny. Corruption.

1 Introdução

O Brasil está vivendo o maior período democrático da sua história. A redemocratização consolidou-se com a Constituição de 1988, há 23 anos, mas essa jovem democracia ainda possui vários obstáculos para se consolidar, uns estruturais outros nem tanto, porém todos devem ser ultrapassados para que possamos atingir o objetivo de tornar o Brasil um país verdadeiramente democrático. Um desses desafios, se não o maior de todos, é a corrupção.

Analisar-se-á a corrupção no Brasil com o intuito de buscar explicações para sua propagação e consolidação da democracia brasileira, buscando-se alcançar o diagnóstico do que pode ser feito para se tentar reverter o quadro desesperador em que se encontra este

país. A corrupção não é um fenômeno atual, desde que o homem se dividiu em formas primitivas de governo e pôde se identificar a presença de um Estado, pode-se notar a incorreta utilização do poder ou da influência, por meio de pessoas corruptas, ou corruptoras. Percebe-se que quando um indivíduo alcança o poder, seja pela força ou por concessão espontânea, esta pessoa passa a ter prerrogativas superiores as da maioria da população, sendo assim, quem deseja uma vantagem ilegal, um benefício indevido ou uma forma de arrecadar recursos financeiros de forma ilícita, corrompe ou é corrompido, configurando assim a corrupção.

Neste artigo, será analisada a contextualização histórica da corrupção, bem como as concepções clássicas de Estado, Democracia e Tirania. Nesta perspectiva, destinamos o primeiro capítulo

à reflexão das conceituações de Estado e Democracia e os reflexos das teorias clássicas e suas conexões e contraposições aos teóricos da atualidade.

O segundo capítulo dedica-se à análise da democracia no Estado Brasileiro, bem como as violações ou maculações oriundas dos representantes do povo quando assumem o poder e passam a utilizá-lo em benefício próprio, consolidando-se a tirania dos políticos contra o povo e o Estado Democrático.

Por fim, no capítulo final, proporciona-se uma reflexão acerca da profissionalização da política e da dicotomia ou paradoxos da reeleição observados no Brasil, bem como os reflexos desses processos na sociedade brasileira e nas oligarquias detentoras de poder e do capital.

2 Estado e democracia

Nas monarquias absolutistas a discussão sobre democracia não ganhou grande importância e notoriedade devido ao ideal de que a terra, o poder e a riqueza do Estado eram de propriedade do monarca, ficando restrita a funcionários que possuíam cargos de menos influência no Estado. Este pensamento absolutista foi eternizado pela frase de Luiz XIV, monarca francês que governou no final do século XVII e início do século XVIII, "*o Estado sou eu*". Neste sentido, as decisões, mesmo que arbitrárias, não poderiam ser contestadas legalmente pela população, pois seu monarca ou suserano tinha o direito divino de governar, teoria sustentada por Jean Bodin (2011) e Jacques Bossuet (1709).

Em contra posição a este pensamento, John Locke, em seus Dois Tratados

Sobre o Governo Civil, critica o absolutismo Inglês como única forma de governo:

Do que ficou dito é evidente que a monarquia absoluta, que alguns consideram o único governo no mundo é, de fato, incompatível com a sociedade civil, não podendo por isso ser uma forma qualquer de governo civil, porque o objetivo da sociedade civil consiste em evitar e remediar os inconvenientes do estado de natureza que resultam necessariamente de poder cada homem ser juiz em causa própria, estabelecendo-se uma autoridade conhecida para a qual todos os membros dessa sociedade podem apelar por qualquer dano que lhe causem ou controvérsia que possa surgir, e à qual todos os membros dessa sociedade terão de obedecer. (LOCKE, 2005, p. 122)

Grande defensor do Parlamentarismo Inglês, Locke influenciou diretamente o Bill of Right (Declaração de Direitos, aprovada pelo parlamento britânico em 1689), que alguns consideram a primeira constituição liberal e a primeira carta de direitos do Homem, que além de garantir direitos aos cidadãos ingleses como a não imposição de fianças exorbitantes, impostos excessivos, a garantia de livres eleições ao Parlamento, conferiu a esse órgão o controle da nação, colocando a Monarquia Inglesa em segundo plano.

Porem, torna-se necessário enfatizar a teoria de Locke sobre o direito de Resistência. Segundo o autor, quando o governo viola a propriedade do indivíduo, que seria resumidamente sua vida, liberdades e bens, e usando de força sem o amparo legal, estaria colocando a

sociedade em estado de guerra, e nesse caso, o povo deteria o direito legítimo de resistir a esses atos ilegais.

O direito de resistência também é citado por Tommas Hobbes, em sua obra *Leviatã*, que faz uma apologia ao estado todo poderoso, e pregava que somente através dele e pela irresponsabilidade do governante perante a população e perante as leis, poder-se-ia assegurar a paz (HOBBS, 2002). No estado hobbesiano, o soberano só governa através do medo, porém, este medo só é menor que o medo da morte violenta, que para Hobbes é comum no estado de natureza do homem, na guerra de todos contra todos.

O direito de resistência de Hobbes era muito diferente do de Locke, pois Hobbes tinha um conceito de resistência individual, quando o governante priva o súdito dos meios necessários para a sua subsistência, esse alguém tem a liberdade de desobedecer, porém, somente este, pois em suas palavras: *“Ninguém tem a liberdade de resistir à espada do Estado, em defesa de outrem, seja culpado ou inocente. Porque essa liberdade priva a soberania dos meios para proteger-nos, sendo, portanto destrutiva da própria existência do Estado”* (HOBBS, 2002, p. 134). Sendo assim quando o indivíduo se revoltava perante o Estado, o pacto contratual se rompia e este voltava ao seu estado de natureza.

Contudo, são as diferenças entre os dois que devem ser destacadas. Enquanto o direito à resistência em Hobbes era individual do súdito, inviabilizando quase que totalmente uma revolta e blindando o governante de qualquer perigo quanto à perda do poder, Locke cria um direito de resistência muito

mais amplo e coletivo, dando o povo, em última esfera, o direito de recorrer à força para a deposição do governo. Esta diferença é determinante e essencial para a criação do pensamento liberal e a sustentação teórica das revoluções burguesas.

Na França absolutista, a população orquestrada pela burguesia que buscava além do poder econômico, que já detinha em parte, o poder político, desencadeou uma das mais famosas revoluções da história do homem. A revolução francesa escancarou a porta da revolta popular pela Europa e do liberalismo e do individualismo como conceitos predominantes, mas aconteceu através da força, pois não havia como denunciar a situação miserável em que o povo vivia por maneiras “legais”, uma revolta armada era estritamente necessária.

A revolução Gloriosa na Inglaterra¹, realizada no final do século XVII, representou um marco para a política e economia britânica, preparando terreno para o que veio a ser o maior evento econômico do século XVIII, a revolução industrial. Com a tomada do poder nos Estados Unidos pelos burgueses americanos e pela forte influência dessa classe na França, a Europa e a América viram um novo sistema econômico surgir, o capitalismo. Com a falsa imagem de luta pelo povo e para o povo, as revoluções Francesas e Americanas tornaram os ideais liberais burgueses co-

¹ Golpe de Parlamento sofrido pelo Rei Jaime II, que representou a ascensão de Guilherme Orange, Governador das Províncias Unidas. Dotado de caráter liberal, o novo rei chegou ao trono aceitando Atos de Tolerância (que estabelecia liberdade religiosa a todos os cristãos, excetuando-se os católicos) e a Bill of Rights (Declaração de Direitos que limitava significativamente os poderes do trono).

mo indispensáveis a qualquer Estado no mundo, sendo que em si já trazem a opressão, a desigualdade e o individualismo. O resultado dessas revoluções foi a institucionalização da democracia como “regra” nos países ocidentais, não por escolha ou revolta populares por todo continente americano e europeu, mais por imposição das grandes potências mundiais, que ora se manifestam como absolutas defensoras do regime democrático, ora defendem e apóiam ditaduras ao redor do mundo, a exemplo da brasileira na década de 1960.

É verdade que a consciência e a luta por uma sociedade democrática, principalmente na América Latina é antiga e sangrenta, porém, não se pode afastar da mente o poder e o imperialismo das grandes potências, principalmente dos Estados Unidos. A política do *Big Stick*² não foi extinta com o fim da doutrina Monroe e a desistência da recolonização européia nos países americanos, ela esteve presente em vários episódios da história sul americana, sendo que o Brasil sofre com os reflexos dela ainda hoje.

Claro exemplo disso, no plano militar inclusive, é a instalação de bases militares dos Estados Unidos em vários países da América Latina, como Cuba, Colômbia, Peru e cidades caribenhas. O intervencionismo norte americano na região é justificado pelo combate ao narcotráfico, justificativa muito parecida com a que foi usada para invadir

países do oriente médio, Iraque e Afeganistão, por exemplo. Divulgou-se que a guerra seria para defender os Estados Unidos de ataques terroristas escondendo os interesses econômicos deste país nas regiões, ricas em petróleo.

Os avanços democráticos nas sociedades capitalistas nunca resultaram de concessões unilaterais da parte da burguesia; resultaram da organização, lutas e pressões do setor popular (especialmente, mas não exclusivamente, dos trabalhadores urbanos), que terminaram convencendo a burguesia e/ou os governos, da conveniência (ou necessidade, para preservar o sistema de dominação social) de convalidar esses avanços democratizantes. Geralmente, estas “pressões de baixo”, não foram suficientes, mas em quase todos os casos foram necessárias para a obtenção desses avanços. (O’DONNEL, 1999).

Nesta tônica, resta instigar ao seguinte questionamento: E quando os interesses forem alterados pelas transformações do mundo globalizado, e a batalha pelo petróleo ceder lugar à biomassa, ou à água potável que existe em abundância na Amazônia? O que será dos países da América Latina? A política do *Big Stick* ainda está viva. E o seu lema parece cada vez mais atual: América para os Americanos, do norte, é claro.

A herança democrática que essas revoluções trouxeram para o Brasil, a atitude das grandes potências e a influência que o capital exerce sobre a política nacional são os temas que serão discutidos a partir do próximo capítulo.

3 Realidade brasileira: democracia ou tirania?

² A política do Big Stick (Grande Porrete em português) foi durante muito tempo a política externa empregada pelos Estados Unidos no governo de Theodore Roosevelt como forma de entender a influência americana sobre os países da América Latina. Foi imortalizada na frase do próprio Roosevelt: “fale com suavidade e tenha à mão um grande porrete”.

A tirania para Rousseau (2002) é toda ação do governante que exceda o que está previsto em lei. Rousseau era defensor do parlamentarismo, pregando que o poder legislativo era o fiel representante do povo e devia controlar o excesso do poder executivo. Contudo, analisando a situação política do Brasil na atualidade podemos observar outras formas de tirania, não só aquela que o governante age ao arrepio da lei, mas aquelas que ele pratica em detrimento da omissão da própria lei, uma vez que grande parte dos tiranos e corruptos encontra-se entre os responsáveis pela elaboração das leis que regem o país.

O parlamento, que para Rousseau devia ser a máxima representação do povo, onde a vontade deste seria posta como prioridade nos assuntos nacionais, no Brasil apresenta um descrédito sem precedentes. Em todas as esferas do poder legislativo, desde as câmaras de vereadores de pequenos municípios, até a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, o povo vê seus mandatários abusarem do poder a eles concedidos.

Um dos princípios do Direito Penal Brasileiro é o de que tudo que a lei não proíbe é permitido. Seguindo este raciocínio, as oligarquias e o clientelismo político nada mais são do que formas legalizadas de corrupção, institucionalizadas na democracia brasileira, de tal maneira que passa a ser corriqueira e despercebida a sua prática. Na verdade, é uma forma de tirania indireta em que o governante apesar de não estar ferindo a legislação pátria diretamente, vai de encontro a todos os princípios democráticos e éticos, que devem reger, acima de tudo, a relação entre governo e governados.

A quase totalidade da América Latina - em alguns países mais acentuadamente, em outros menos - está marcada pelos contrastes entre os muito ricos e os muito pobres. Mas, no Brasil, além de existir esse contraste, e certamente, muito fortemente, ele faz parte de um panorama mais complicado e ao mesmo tempo mais espetacular. Trata-se do contraste entre uma abrumadora pobreza (triste "patrimônio comum" latino-americano) de um lado, e do outro fábrica, comércios e serviços que são o signo de uma opulenta modernidade econômica da qual nenhum dos outros países se aproxima (O'DONNEL, 1999).

No Brasil existe uma falsa dicotomia entre o público e o privado. A coisa pública, ou *res publica*, nunca é vista como tal, os mandatários do poder abusam, ao ponto da população não se sentir lesada quando ocorre uma apropriação do que é, por direito, dela. Em síntese, o cidadão deixa de exercer seus direitos e obrigações, afastando-se da política, não se sentindo parte do Estado, e não sendo reconhecido por ele. Este cenário se firma pelo descrédito em punição, bem como pela falta de cobrança popular da prestação de contar sistemática do político depois de eleito e de assumir um cargo de representação do povo.

Faoro (2001, p. 91) descreve o Estado envolvido por uma camada de domínio, o estamento de feição burocrática. Este se alimenta da classe comercial, que despreza. Essa camada está junto da corte e influencia as decisões da Coroa. Com isso, as duas camadas, não obstante de suas discordâncias sociais, se entendem num plano incerto: embarcadas na mesma empresa, o fomento

das navegações e dos lucros será o fim comum.

Não se pode discutir sobre a política nacional, apontar os seus problemas e buscar soluções sem discutir o sistema econômico vigente. O capitalismo, e mais especificamente, o neoliberalismo, exerce influência direta na democracia dos países e ultrapassa a esfera econômica, apropriando-se das metas e decisões nacionais.

A política hoje no Brasil, com raras exceções, não é feita sem dinheiro. A desigualdade econômica e a má distribuição de renda são fatores essenciais para a desconstrução democrática do país, os detentores de capital não só possuem os meios de produção, mas também os mecanismos de manutenção do poder, e ainda o potencial de ampliá-lo através de práticas imorais e nocivas para a democracia, como lavagem de dinheiro, tráfico de influência e outras.

O poder público brasileiro, nada mais é, do que um garantidor de direitos para uma classe econômica específica. Programas de distribuição de renda do governo federal cumprem um papel puramente assistencialista, a distribuição de renda nunca é feita com a socialização de direitos, é uma nova roupagem a uma velha política Romana, pão e circo para muitos, riqueza e poder para uma pequena parcela.

Entende-se assim, que as oligarquias, o clientelismo, a falta de representatividade, a escassa confiança nos partidos políticos e nos seus representantes, cumulado com um sistema judiciário lento e ineficaz quando se trata de punir políticos desonestos e, especialmente, uma desigualdade econômica exacerbada, exercem um fator decisivo para a disseminação da corrupção no Brasil. E

são esses itens que discutiremos a partir deste momento.

3.1 As oligarquias no Brasil

Dois dos princípios basilares de qualquer democracia são o voto livre e irrestrito e a transitoriedade dos governantes, estes institutos são afrontados quando se materializa um governo oligárquico no Estado. Será correto dizer que o Brasil é um país democrático, onde um cidadão pode exercer seu direito ao voto livremente, e após o término do mandato o governante abrir mão do poder?

A Constituição Brasileira consagra estes princípios quando determina o período de mandato dos governantes e a soberania do voto popular. Porém, no Brasil a lei não é feita para ser aplicada a todos, sejam eles cidadãos ou entes federativos. A enorme discrepância político econômica entre os Estados da Federação se torna ainda mais acentuada quando se analisa a própria situação em que a democracia se encontra.

O Brasil é um país geograficamente enorme e com desigualdades regionais maiores ainda, uma análise sobre a situação democrática seria totalmente superficial se fossem avaliados somente os Estados ricos e as grandes cidades do centro-sul do país. É no norte e no nordeste do país que a democracia se enfraquece ainda mais acentuadamente, onde o Estado Democrático de Direito se torna uma mera utopia, e onde as diferenças econômicas são fortalecidas. É nesse cenário em que os políticos corruptos e os detentores de recursos econômicos constroem uma via de mão dupla onde transita o poder e se perde a democracia.

Sérgio Buarque de Holanda (2011), em *Raízes do Brasil*, afirma que o Estado não precisa e não deve ser despótico, pois o despotismo condiz mal com a doçura do nosso gênio e necessita de pujança e compostura, de grandeza e solicitude, ao mesmo tempo, se quiser adquirir alguma força e também essa respeitabilidade que os nossos pais ibéricos nos ensinaram a considerar a virtude suprema entre todas.

A imagem de nosso país que vive como projeto e aspiração na consciência coletiva dos brasileiros não pôde, até hoje, desligar-se muito do espírito do Brasil imperial; a concepção de Estado figura-se neste ideal não somente é válida para a vida interna da nacionalidade como ainda não nos é possível conceber em sentido muito diverso nossa projeção maior na vida internacional. (HOLANDA, 2011, p. 176-177).

Em Carnavais, malandros e heróis, DAMATTA (1979) convocava a nossa atenção para as paradas militares, os desfiles de escola de samba e as procissões, a fim de melhor ressaltar um dia-dia dividido entre a casa e a rua, um cotidiano no qual permanentemente conflitam e se combinam uma ideologia igualitária e as estruturas hierarquizantes de nossa sociedade, cada um tem e sabe o seu lugar.

As oligarquias estão presentes e ao passo que se tornam legítimas no País mais se afasta o ideal democrático. Nepotismo, apropriação da coisa pública, corrupção e tirania, todos estes são reflexos oligárquicos. Práticas comuns nos Estados brasileiros onde uma família, um clã, ou um pequeno grupo detém o poder.

Ora, se o governante se vê em um Estado em que a sua decisão não é contestada, seus parentes e indicados políticos ocupam grande maioria dos cargos eletivos e indicativos de todos os escalões do governo e em todas as esferas dos três poderes, este governante terá o temor á lei? Será que ele se sentirá desestimulado a praticar atos ilícitos? O Estado do Amapá é um exemplo claro disso.

No período de 2003 a 2011, de acordo com o site da Polícia Federal (2011), foram realizadas 23 operações neste Estado, totalizando 309 detidos. A que ganhou maior destaque na mídia nacional foi a operação intitulada “Mãos Limpas”, que foi deflagrada as vésperas das eleições estaduais e terminou por levar sob custódia o então governador do Estado, seu antecessor, a ex-primeira dama e ainda expedidos vários mandados de busca e apreensão na Assembleia Legislativa Estadual e de bens do então presidente do Tribunal de Contas do Estado. Segundo investigações da Polícia Federal a quantia subtraída pelos envolvidos gira em torno de 01 bilhão de reais. Esta operação tirou o véu que encobria os olhos da sociedade para o que de fato estava acontecendo, os detentores do poder, em nome de uma harmonia governamental e da governabilidade, espalharam indicações e fizeram conchaves inescrupulosos entre os poderes legislativo, executivo e judiciário.

O que se notou foi que a teoria da tripartição do poder idealizada por Montesquieu (1996) para coibir excessos dos governantes não se aplica nos Estados em que estes agem irresponsavelmente. Na oligarquia o governante não se sente responsável pelos seus a-

tos, e no caso do Amapá, sem nenhum ente federal de controle para coibir os atos, o terreno se torna fecundo para a corrupção. Mas como cobrar o controle do Estado sobre os governantes se na prática eles detêm o poder do Estado? Será que sempre o Poder pode controlar o Poder? A resposta é lógica e clara: Não. É a população que tem não só o direito mas o dever de fiscalizar o Estado, ela deve ser quem os corruptos mais deviam temer quando praticarem atos ilícitos e é dela que deve vir a punição.

Porém o que se vê no Brasil de hoje é uma população apática e sem poder de grande mobilização nacional, isto se dá pela dominação exercida pelo Estado, que mina o poder de reivindicação do povo.

3.2 Formas de dominação e perpetuação do poder

O estado de descrença na política nacional chega a tal ponto que o povo cada vez mais perde a esperança em uma mudança. O cidadão, de tanto ser submetido ao sofrimento, com a invisibilidade e a impotência que a democracia brasileira transpassa atinge o extremo de não valorizar o próprio exercício democrático. A ilusão em falsos líderes e sua dominação por estes e a venda massificada de votos são exemplos claros da baixa autoestima democrática em que o povo brasileiro vive.

Sérgio Buarque de Holanda (2011) enfatiza que o povo brasileiro não ambiciona o prestígio de país conquistador e detesta notoriamente as soluções violentas. Deseja ser o povo mais brando e comportado do mundo. Pugna constantemente pelos princípios tidos universalmente como os mais moderados e os

mais racionais. O Brasil está entre as primeiras nações a abolir as penas de morte em sua legislação, depois de se ter abolido muito antes na prática. Essas são feições bem características do aparelho político brasileiro, que se empenha em desarmar todas as expressões menos harmônicas da sociedade, em negar toda espontaneidade nacional.

Max Weber (2004) explica que dominação não é somente exercer "poder" sobre outrem, mas fazer também com que pratiquem atos puramente inconscientes. A dominação exercida pela elite quando se vê ameaçada por alguma outra força política ou pressão popular encontra um meio que aparentemente, não só no Brasil, mas na América Latina, entrou na banalidade, a exaltação a um líder carismático, capaz tanto de conceder a população alguns direitos e benefícios que ela almejava, como manter a segurança que a elite deseja.

As políticas assistencialistas do governo Lula no Brasil criaram um modelo de como governar o país. O programa de inclusão social Bolsa Família do governo federal é imitado em vários Estados da Federação, diminuindo a miséria, mas também colhendo votos. A inclusão da população carente na sociedade brasileira está sendo feita através da renda, o Governo impõe a imagem de que aumentando seu poder aquisitivo estaria levando a Cidadania para essa população, como se cidadania fosse sinônimo de situação financeira.

Comumente a população mais carente, beneficiada por esses programas, associam a imagem do governante a do auxílio, criando assim um líder carismático e bom com o povo, como se não fosse a sua obrigação ser assim. A população brasileira age como um homem

miserável deixado por seu senhor a ferros em uma sela escura e sem comida por dias, quando o senhor aparece com um prato de comida para lhe saciar a fome o homem não o renega, não clama por justiça e não se indigna com a situação, o homem ao chegar ao mais profundo desespero não luta, só agradece.

Henry David Thoreau na sua obra *A Desobediência Civil* (2006, p. 19) expõe com propriedade sobre a atitude cidadã do homem nas democracias modernas:

Dou o meu voto, talvez, ao que considero direito, mas não estou vitalmente interessado em que este direito prevaleça. Disponho-me a deixar nas mãos da maioria. A obrigação desta, portanto, jamais excede a da conveniência. Mesmo votar em favor do direito é não fazer coisa alguma por ele. Significa apenas expressar debilmente aos homens seu desejo de que ele prevaleça. O homem sábio não deixará o direito à mercê do acaso, nem desejará que ele prevaleça por meio do poder da maioria. Não há senão uma escassa virtude na ação de multidões de homens.

A oligarquia nos Estados Brasileiros e a grande elite detentora do poder nacional contam com uma importante arma para manter o *status quo*, a reeleição, que na prática se consubstancia como a consolidação do processo de alienação da massa.

4 Profissionalização da política e os paradoxos da reeleição

Como já mencionado anteriormente não é fácil analisar o sistema democrático de um país tão grande e diferente como o Brasil sem se prender em um

aspecto específico. Porém, quando se trata de continuidade no poder, podemos entender o pensamento à grande parte do território, e de políticos.

A política nacional hoje, indiscutivelmente, está ligada ao capital, pouquíssimos cidadãos conseguem se eleger sem abuso de poder econômico, compra de votos ou troca de favores, e isso em pequenas cidades ou para cargos de menor relevância, quando se trata de cargos eletivos em concorrência nacional, a ética e a moralidade são condutas quase que em desuso. Os cargos eletivos no Brasil são mercadorias e a política nacional se transformou em um grande balcão de negócios, quem tem mais influencia e poder de se fazer representar leva, o povo, que não detém nenhum dos dois, sempre sai perdendo. As tomadas de decisões no âmbito do Poder Legislativo é um claro exemplo da falta de comprometimento do político, não só referente ao povo, a quem este constitucionalmente deveria representar, mas a sua própria consciência.

A prática Legislativa no Brasil transforma a grande maioria dos políticos eleitos em mera massa de manobra. Na eterna guerra entra a situação e a oposição. Por ironia, que não deixa de ser macabra, orquestrados pelos líderes partidários, os deputados e senadores se tornam o que muitos deles consideram ser o Povo, apenas um voto, perdendo totalmente a sua dignidade de cidadão e representante da população. Porém estaria completamente equivocado quem pensasse que esses agentes políticos se sentem menosprezados ou oprimidos por essa elite política partidária nacional. A imensa maioria dos políticos pouco se importa se seu projeto de lei é aprovado, ou sua emenda parlamentar é

aceita, sequer se preocupa em viajar para Brasília nos dias de votação, ganhando salários absurdos e trabalhando (se é que pode se chamar assim) pouco, o Político no Brasil hoje, em regra, não representa ninguém além de si próprio.

Estaria este político antiético e egoísta expurgado do cenário nacional ao fim do seu mandato, certo? Infelizmente não. E por um motivo, a reeleição e como ela se dá no Brasil.

O instituto da reeleição no Brasil acontece, essencialmente, com a junção de dois fatores que já foram expostos anteriormente: A influência do Capital na democracia e a consolidação das oligarquias no poder. A soma desses dois fatores tem como resultado o que se vê diariamente nos noticiários, escândalos nacionais de desvio de verbas públicas sem o menor receio, atos de ilegalidade vindos desde simples servidores públicos ganhando diárias para se locomover de seu local de trabalho sem realmente fazê-lo, guardas de trânsito recebendo propina para liberar o motorista inabilitado a dirigir, até flagrantes de Ministros privilegiando instituições que recebem dinheiro público, passando por deputados escondendo dinheiro em peças íntimas e nomeações de parentes e atos secretos no Senado Federal.

Marcelo Baquero aborda a consequência da crise de representatividade e seus desdobramentos para o Brasil:

A consequência da grave crise de representação política que o país vive tem redundado numa situação paradoxal em que, por um lado, busca-se o fortalecimento das instituições via reformas políticas, enquanto, por outro, buscam-se ou resgatam-se lideranças políticas cujo carisma é

sempre proporcional à sua capacidade de se impor às instituições, o que acaba deslegitimando-as ainda mais. O resultado é a vigência de um ciclo vicioso, pois quanto maior a deslegitimação institucional, maior também a exigência de líderes carismáticos, os quais contribuem para neutralizar e desacreditar essas mesmas instituições. (2001, p. 05)

Mas pode-se perguntar: o que de fato uma simples reeleição tem haver com esses atos tão desprezíveis? Não seria ela vontade popular e escolha soberana do Povo? Ocorre que a reeleição é a causa e o efeito em um único instituto, ela surge do nefasto casamento entre o Poder Econômico e o Poder Político e o resultado é a destruição legalizada da democracia.

O sistema capitalista de produção transcende à esfera econômica e apropria-se da política nacional pelo simples fato de que a política é feita por homens e o capitalismo faz do homem contemporâneo individualista, egoísta e mercenário. Empresários associam-se a políticos na ideia fantástica de parceria público-privada, não para diminuir o ônus governamental com empreendimento, mas para aumentar suas margens de lucro superfaturando material, fraudando licitações resultando no déficit em infraestrutura que o Brasil possui.

O financiamento privado das campanhas eleitorais é uma das práticas mais nocivas para a democracia, o próprio nome financiamento remete-nos à ideia do financiamento bancário, onde o cidadão toma dinheiro do banco a título de empréstimo na obrigação de restituí-lo futuramente, e com juros. E, na prática, essa regra é aplicada sem nenhuma

cautela nas campanhas eleitorais, os grandes capitalistas, detentores do poder econômico, financiam as campanhas dos candidatos com o intuito de se apropriarem do poder político e manter o *status quo*.

Instiga-se à afirmação: Existem leis que regulamentam o financiamento das campanhas eleitorais e os gastos devem constar na prestação de contas do candidato a Justiça! As leis no Brasil hoje são ineficazes quando se trata de punir os detentores do Poder, o enorme fosso que separa o que está no papel e a realidade se torna cada vez mais profundo quando a corrupção se generaliza. Além disso, o judiciário brasileiro é tão lento e o número de recursos é tão grande que aliado ao foro privilegiado por prerrogativa de função, elencado no artigo 102, inciso I, alínea “b” da Constituição Federal, torna o político brasileiro quase imune a qualquer punição na esfera penal.

A oligarquia brasileira utiliza-se da manipulação da massa e da desesperança nacional para se reeleger e se manter no poder, é inadmissível que um dos fundamentos basilares da democracia seja destruído de forma tão simples, a reeleição para os cargos de chefe do executivo não estava prevista originalmente na constituição de 88, que previa inicialmente um mandato de 5 anos, sem reeleição, mas graças a duas emendas constitucionais a Emenda Constitucional nº 5, de 7 de junho de 1994, reduziu para 4 anos o mandato presidencial, a Emenda nº 16, de 4/6/1997, permitiu a reeleição (não somente dos chefes do executivo federal, também do estadual e municipal). O que deixa claro que o Estado é controlado por uma elite que lutará com unhas e dentes para

se manter no poder e se não ocorrer manifestação popular de significativo porte esse quadro dificilmente será mudado.

Os defensores da reeleição arguem que o fato de um político ou grupo político se manter no poder por mais de um mandato seria um efeito progressista da democracia brasileira. Porém, analisando-se a realidade se percebe que isso não se concretiza. A verdade é que um político eleito para um cargo no legislativo pode passar a sua vida inteira no poder, desfrutando dos louros, dos superpoderes e imunidades de um legislador no Brasil. Algo difere esse representante de um tirano? Enquanto seu Estado amarga índices alarmantes de desenvolvimento humano, políticos brasileiros se reelegem e constroem seus sucessores à custa de compra de votos e da alienação da massa. A reeleição brasileira é a afirmação contundente de que quem detém o poder vai continuar a detê-lo, não só por mais quatro anos, mais por tempo indeterminado.

5 Considerações finais

Após a sucinta abordagem dos problemas que o Brasil enfrenta no que tange seu regime democrático, fica claro que não há como se falar em uma verdadeira democracia, onde todos sejam respeitados e possuam o mesmo valor, sem igualdade de direitos e, é impossível se falar em igualdade de direitos sem se falar em igualdade econômica. Hoje o Capital compra o Direito. O poder econômico e o político se fundem em qualquer Estado Democrático capitalista, a tirania política é facilmente percebida pela população, en-

quanto esta tem suprimido os seus direitos. Porém, a tirania do capital é intangível e muito bem defendida, consequentemente, mais difícil de ser combatida.

Enquanto o Poder estiver na mão de qualquer elite e se possa perceber o mais ligeiro traço de manipulação e autoritarismo não se pode falar em democracia. A reforma política é um dos temas mais discutidos no Brasil, porém, é indispensável que o povo participe diretamente das escolhas tomando posicionamentos sobre propostas desta reforma e não seja tratado como mero coadjuvante em sua própria história. É necessária uma abertura urgente no processo de tomada de decisões para que esta dita reforma realmente mude o jeito que se faz política no Brasil. Se deixarmos as escolhas nas mãos dos governantes, dificilmente a vontade popular será respeitada.

É imprescindível que o povo se manifeste urgentemente. Mas como conseguir uma grande participação popular em um país onde a manipulação das massas está tão presente? A população esclarecida, estudantes e trabalhadores devem se unir para cobrar, veementemente, maior qualidade e extensão nos investimentos na educação, principalmente pública. Ser cidadão não é apenas votar, ou cobrar de forma indireta através de políticos ou jornais. Quem deseja realmente um futuro democrático para o país deve lutar pelos seus direitos, e pelo da coletividade.

O brasileiro deve deixar de ser apenas eleitor para se tornar cidadão, cidadania esta que não se conquista com aumento de renda ou oportunidade de crédito bancário, cidadania se conquista através da edificação de uma verdadeira

democracia, de um país mais justo e igual. Ao contrário do que rege o parágrafo único do artigo primeiro da Constituição Federal, o poder emana do povo sim, mas deve ser exercido por este, em sua plenitude. Só uma fiscalização do poder pela sociedade pode realmente acabar com a corrupção generalizada. O povo deve ser o juiz supremo de todos os políticos que abusarem do poder, porque ele próprio é o maior interessado nesses crimes, é do suor do trabalho da população que os tiranos democratas tiram o dinheiro para financiar suas reeleições e viver em um luxo totalmente incompatível com a realidade nacional.

Há de ser ressaltado que em um Estado Democrático o político não deve ter poderes superiores ao de um cidadão comum, uma vez que seu poder emana do povo, sendo que benefícios como o *foro privilegiado* representam, na prática, uma larga abertura para o cometimento de atos ilícitos. Observa-se ainda que não há razoabilidade no recebimento super salários por estes políticos, enquanto quem os custeia precisa de ajuda para poder subsistir. No entanto, percebe-se para que seja viabilizada esta retomada de poder pelo povo, um poder legitimado constitucionalmente, um maior investimento em educação faz-se imperativo, sendo necessário, porém, que seja de fato uma educação esclarecedora, que quebre o véu da alienação sobreposta em grande parcela do povo brasileiro. Educação de qualidade impulsiona o esclarecimento, que é propulsor de mudança, e mudança se faz com participação popular. Esse é o verdadeiro significado da democracia.

Referências

BODIN, Jean. **Seis Livros da República**. São Paulo: Ícone Editora, 2011.

BOSSUET, Jacques-Bénigne. **Política Tirada da Sagrada Escritura**. Lisboa, Plátano Editora, 1709.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 5, de 7 de junho de 1994.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Rocco, 1979.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL. **Operação “Mãos limpas no Estado do Amapá”**. Disponível no site. <http://www.dpf.gov.br/>. Acesso em: 22/08/2011.

FAORO, Raymundo Faoro. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

HOBBS, Thomas. **Leviatã – ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. São Paulo: Martin Claret, 2002. Trad. Alex Marins.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

LOCKE, John. **Dois tratados sobre o governo**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. Tradução de Julio Fischer.

MARCELO, Baquero. **Cultura política participativa e desconsolidação democrática**. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 2001.

MONTESQUIEU. **O Espírito das Leis**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

O'DONNELL, Guillermo. **Hiatos, Instituições e Perspectivas Democráticas**. In: MARTINS, José de Souza. **O Estado: o uso conservador da mediação do moderno** in *O Poder do Atraso. Ensaios de Sociologia da História Lenta*, Ed. Hucitec, SP, 1999

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**. Santa Catarina: Editora Ridendo Castigat Mores, 2002.

THOREAU, Henry. **Desobediência Civil**. São Paulo: EBooksBrasil, 2006.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade (Vol.1): Fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: UNB, 2004.

Artigo recebido em 12 de março de 2012.

Aceito em 06 de junho de 2012.